

2 Ações e Programas

2.3 Da Articulação e promoção dos direitos dos Povos Indígenas

O Ministério dos Povos Indígenas, desempenha um papel fundamental na garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Somos responsáveis por construir, monitorar e aprimorar políticas e serviços públicos em parceria com diversas instituições, assegurando que os povos indígenas tenham acesso adequado e culturalmente sensível aos seus direitos. Além disso, promovemos a preservação e valorização dos patrimônios linguísticos e culturais, bem como a sensibilização da sociedade brasileira sobre os sistemas indígenas de cuidado e comprometimento com a vida.

A nossa atuação também se destaca pela promoção da participação efetiva dos povos indígenas nas esferas de decisão sobre temas, serviços, políticas públicas e projetos que lhes dizem respeito. Isso inclui a garantia da diversidade dos povos indígenas, abrangendo mulheres, LGBTQIAPN+, infância, juventude, idosos e pessoas com deficiência. Trabalhamos para assegurar que todas essas vozes sejam ouvidas e respeitadas, promovendo a inclusão e a equidade em todas as suas ações.

Por fim, desenvolvemos ações específicas para grupos que demandam atenção especial, como a comunidade LGBTQIAPN+, indígenas imigrantes e mulheres indígenas e realizamos articulações institucionais e interministeriais para implementar políticas que garantam os direitos constitucionais dos povos indígenas e promovam o bem-estar de todas as comunidades indígenas. Dessa forma, o Ministério dos Povos Indígenas reafirma seu compromisso com a promoção dos direitos e a valorização da identidade cultural dos povos indígenas no Brasil.

Objetivos Finalísticos	Valor Gerado
Construir, monitorar, aprimorar políticas e serviços públicos em parceria com instituições responsáveis pela sua execução, garantindo o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos;	Promoção dos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas
Promover a participação efetiva dos povos, comunidades e organizações indígenas nas esferas de decisão sobre temas, serviços, políticas públicas e projetos que lhes dizem respeito, assegurando a plena diversidade dos povos, mulheres, LGBTQIAPN+, infância, juventude, idosos e pessoas com deficiência	
Promover o direito à memória e a proteção e valorização dos patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas	Valorização e promoção das culturas e sistemas de vida indígenas
Promover a preservação e a valorização dos sistemas indígenas de envolvimento, cuidado e comprometimento com a vida, com vistas à sensibilização da sociedade brasileira	

Mais detalhes das ações e programas referentes a esta temática:

2 Ações e Programas.....	1
2.3 Da Articulação e promoção dos direitos dos Povos Indígenas	1
2.3.1 Conselho de Política Indigenista (CNPI)	4
2.3.2 Programa Bem Viver+	5
2.3.3 Programa Guardiãs	5
2.3.4 Esporte nas Aldeias	6
2.3.5 Edital Ancestralidade Viva.....	6
2.3.6 Seminários sobre a Universidade Indígena.....	6
2.3.7 Proposta de Projeto de Lei (PL) de Valorização das Línguas Indígenas:.....	7
2.3.8 Cartilha de Cooficialização das Línguas Indígenas:	7
2.3.9 Oficina Língua e saberes indígenas - "Rabiscando Grafismos Indígenas e Contando Histórias Antigas":.....	7
2.3.10 Produção de Materiais Didáticos para crianças imigrantes refugiadas:	8
2.3.11 Programa Língua Indígena Viva no Direito	8

2.3.12 Participação no Grupo de Trabalho para Enfrentamento ao Sub-Registro Civil Indígena.....	8
2.3.14 Seminário Cultura e Justiça de Transição Indígena.....	9
2.3.15 Recepção do manto tupinambá ao Brasil	9
2.3.16 Emendas Parlamentares	9

2.3.1 Conselho de Política Indigenista (CNPI)

A retomada do Conselho de Política Indigenista (CNPI) como uma das principais instâncias participativas dos povos originários tem o objetivo de garantir a representação e a cooperação indígena nos processos voltados à formulação, implementação e acompanhamento das políticas que lhes dizem respeito. Nesse sentido, formular estratégias institucionais e metodologias de gestão e planejamento ajustadas à execução das políticas públicas, para que respeitem o pleno exercício da cidadania dos povos indígenas, o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos, sua autodeterminação, e a pluralidade étnico-cultural é essencial. Além disso, o Conselho acompanha a implementação dessas políticas, apoiando a integração entre órgãos governamentais e organizações indígenas, fortalecendo a participação indígena nas decisões que afetam essas comunidades.

Até o presente momento, realizaram-se 03 reuniões ordinárias do Conselho, sendo a primeira delas, para reinstalação do colegiado, contado com a participação do Presidente Lula e de diversos Ministros e Ministras de Estado. Destas reuniões, foram aprovadas as seguintes resoluções:

- RESOLUÇÃO CNPI Nº 1, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024: Dispõe sobre as violências cometidas contra povos indígenas, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CNPI Nº 2, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024: Recomenda ao Supremo Tribunal Federal a concessão de liminar suspendendo a Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CNPI Nº 3, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024: Dispõe sobre a realização da II Conferência Nacional de Política Indigenista, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CNPI Nº 4, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024: Recomenda ao Governo Federal a inclusão do tema da demarcação das terras indígenas como eixo do Plano Clima, e dá outras providências.
- RESOLUÇÃO CNPI Nº 5, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024: Dispõe sobre representação indígena no Conselho Nacional de Educação - CNE, e dá outras providências.

A perspectiva futura é que o Conselho Nacional de Política Indigenista se fortaleça, tornando-se a principal instância de discussão e decisão sobre questões indígenas em nível colegiado, promovendo um espaço mais efetivo para a participação ativa dos povos indígenas na formulação de políticas públicas que atendam às suas necessidades e direitos.

RESPONSÁVEL: Assessoria de Participação Social e Diversidade (APSD)

VALOR PÚBLICO GERADO: Garantia da representação e da cooperação indígena nos processos de formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas lhes são afetas; assegurar o pleno exercício da cidadania dos povos indígenas, o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos, sua autodeterminação e a pluralidade étnico-cultural.

2.3.2 Programa Bem Viver+

Liderado em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o programa tem como principal objetivo promover territórios livres de LGBTQIAfobia e garantir a cidadania plena de comunidades tradicionais. Entre as ações realizadas:

- Visitas e oitivas nas comunidades Guarani Kaiowá (MS) em outubro de 2024;
- Oficinas de autoproteção e educação popular em saúde e direitos humanos LGBTQIA+ em novembro de 2024;
- Oficina: "Os povos indígenas e a política de Gênero, Sexualidade e Território Indígena: Desafios e Resistências na Luta pela diversidade" realizada no 6º Acampamento Terra Livre da Bahia - ATL Bahia, 06 de novembro de 2024, Salvador-BA.

Esperamos através deste projeto fortalecer a inclusão e a proteção dos direitos LGBTQIA+ entre os povos indígenas. Para o futuro, o programa busca expandir suas atividades para outras comunidades indígenas, promovendo a conscientização e a educação contínua sobre direitos humanos e inclusão.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: promoção da igualdade e o respeito à diversidade, contribuindo para um ambiente mais seguro e acolhedor para todos.

2.3.3 Programa Guardiãs

Criado pela Portaria GM/MPI nº 335/2023, em parceria com o Ministério das Mulheres e ANMIGA, o programa tem como objetivo fortalecer o protagonismo das mulheres indígenas. Podemos destacar as seguintes ações do ano de 2024:

- Edital "Mulheres Indígenas: Tecendo Bem Viver", com R\$ 1 milhão em premiações para projetos de lideranças femininas indígenas;
- Organização da I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas para discussão de políticas de proteção e valorização das mulheres indígenas.

Temos a perspectiva de dar continuidade ao apoio à projetos liderados por mulheres indígenas e a realização de mais conferências e eventos para discutir e promover seus direitos.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: valorização e empoderamento das mulheres indígenas, promovendo sua participação ativa na sociedade e nas políticas públicas.

2.3.4 Esporte nas Aldeias

O programa Esporte nas Aldeias, com um aporte de R\$ 1 milhão, apoia projetos esportivos indígenas em todas as regiões do Brasil. Foram selecionados 20 projetos para fortalecer a cultura esportiva indígena. O principal objetivo é promover a inclusão social e o bem-estar físico e mental através do esporte. Para o futuro, o programa pretende ampliar o número de projetos apoiados e incentivar a participação de mais comunidades indígenas em atividades esportivas, promovendo a diversidade e a inclusão no esporte.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: promoção da saúde, a integração comunitária e a valorização das tradições esportivas indígenas.

2.3.5 Edital Ancestralidade Viva

Com o objetivo de incentivar práticas culturais indígenas, destinando recursos a iniciativas comunitárias, contemplamos 50 propostas de até R\$ 50 mil para salvaguardar o patrimônio material e imaterial dos povos indígenas. A continuidade do apoio a iniciativas culturais e a ampliação dos recursos destinados a projetos que promovam a ancestralidade e a identidade cultural dos povos indígenas garantem que suas tradições e conhecimentos sejam preservadas e transmitidas às futuras gerações.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: preservação e valorização das culturas indígenas.

2.3.6 Seminários sobre a Universidade Indígena

Os seminários sobre a Universidade Indígena, realizados em articulação com o Ministério da Educação, têm como objetivo debater o modelo da futura Universidade Indígena, garantindo que atenda à diversidade cultural e realidades dos povos indígenas. Para o futuro, espera-se a implementação da Universidade Indígena, que será um marco na valorização da educação indígena e na promoção da diversidade cultural no ensino superior.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: promoção da educação superior inclusiva e culturalmente adequada para os povos indígenas.

2.3.7 Proposta de Projeto de Lei (PL) de Valorização das Línguas Indígenas:

A proposta de Projeto de Lei de Valorização das Línguas Indígenas, elaborada em setembro de 2024 em colaboração com o Grupo de Trabalho Nacional (GT Nacional) da Década das Línguas Indígenas, visa estabelecer mecanismos legais para a proteção, salvaguarda e promoção das línguas indígenas no Brasil, em alinhamento com os objetivos da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032). A proposta contempla o reconhecimento das línguas indígenas de sinais, que considera o português falado pelos povos indígenas (Braslind) como parte essencial da diversidade linguística dos povos originários.

Seguimos acompanhando e incidindo sobre a proposta para que alcancemos a aprovação da lei e a implementação de políticas que garantam a valorização e o uso das línguas indígenas em diversos âmbitos da sociedade.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: preservação da diversidade linguística e o reconhecimento das línguas indígenas como parte essencial da identidade cultural dos povos originários.

2.3.8 Cartilha de Cooficialização das Línguas Indígenas:

A cartilha de cooficialização das línguas indígenas, concluída em outubro de 2024, detalha os benefícios, etapas e requisitos legais para o reconhecimento oficial das línguas indígenas. O principal objetivo é promover a inclusão e valorização das línguas como patrimônio cultural do país. De modo a tornar acessível e sensibilizar a sociedade quanto a temática, a cartilha está disponível em formato digital e impresso. Esperamos que mais comunidades indígenas adotem a cooficialização de suas línguas, fortalecendo a diversidade linguística no Brasil.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: conscientização sobre a importância das línguas indígenas e o incentivo à sua preservação.

2.3.9 Oficina Língua e saberes indígenas - "Rabiscando Grafismos Indígenas e Contando Histórias Antigas":

A oficina Língua e Saberes Indígenas realizada em outubro de 2024 no Centro de Ensino Fundamental GAN, com o tema "Rabiscando Grafismos Indígenas e Contando Histórias Antigas", promoveu um espaço de aprendizado e interação cultural voltado para estudantes, professores e membros da comunidade escolar. O principal objetivo foi integrar os saberes indígenas ao contexto escolar, proporcionando vivências práticas que reforçam o papel das línguas e das tradições orais na preservação das culturas indígenas.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: valorização dos conhecimentos indígenas e a promoção da diversidade cultural na educação.

2.3.10 Produção de Materiais Didáticos para crianças imigrantes refugiadas:

A produção de materiais didáticos para crianças imigrantes refugiadas, como o povo Warao, é fruto da parceria entre o MPI, o Ministério da Educação (MEC) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). O principal objetivo é proporcionar recursos educacionais que atendam às necessidades linguísticas e culturais das crianças e adultos Warao que moram no Brasil.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: promoção da inclusão e da educação de qualidade para imigrantes refugiados.

2.3.11 Programa Língua Indígena Viva no Direito

O Programa Língua Indígena Viva no Direito, uma parceria entre a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), visa a tradução da Constituição de 1988 e outras leis importantes para as línguas indígenas, promovendo a inclusão e o respeito às diversidades linguísticas no sistema jurídico brasileiro.

O processo de tradução da Constituição Federal e de documentos oficiais para as línguas indígenas, como Ticuna, Kaingang, Terena e Guarani é uma ação fundamental para garantir o acesso das comunidades indígenas aos seus direitos de forma plena e igualitária. Essas traduções são essenciais para que as populações indígenas possam compreender e exercer seus direitos constitucionais, respeitando suas especificidades linguísticas e culturais.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: promoção da inclusão e do respeito às diversidades linguísticas no sistema jurídico brasileiro.

2.3.12 Participação no Grupo de Trabalho para Enfrentamento ao Sub-Registro Civil Indígena

A participação no Grupo de Trabalho para Enfrentamento ao Sub-Registro Civil Indígena, com o titular da Coordenação-Geral dos Direitos Sociais como membro, visa garantir o registro civil pleno e igualitário para as comunidades indígenas. Através desta incidência, esperamos a implementar políticas que garantam o registro civil para todas as comunidades indígenas

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: promoção da cidadania e do acesso aos direitos básicos para os povos indígenas.

2.3.14 Seminário Cultura e Justiça de Transição Indígena

O Seminário Cultura e Justiça de Transição Indígena, realizado em dezembro de 2024, teve como objetivo resgatar a memória histórica de lideranças indígenas e discutir estratégias de reparação. Foi posto em pauta a valorização e promoção da cultura e a memória dos povos indígenas, entendendo que é a partir da cultura que povos indígenas relembram e vivem a memória histórica de seus ancestrais e dão continuidade a projetos coletivos de vida, buscando valores que são expressos por meio de rituais e crenças. Buscamos incidir e criar políticas que promovam a justiça de transição para os povos indígenas.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: valorização da cultura e da memória dos povos indígenas, promovendo a justiça e a reparação histórica.

2.3.15 Recepção do manto tupinambá ao Brasil

As articulações para a recepção do manto tupinambá ao Brasil, fruto das ações do Grupo de Trabalho (GT) instituído para acompanhar, apoiar e propor medidas de restituição de artefatos indígenas, foi um importante passo para promover a recuperação e valorização do patrimônio cultural indígena. Através da atuação do GT, visamos a restituição de mais artefatos indígenas ao Brasil.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: promoção da cidadania e do acesso aos direitos básicos para os povos indígenas.

2.3.16 Emendas Parlamentares

Todas as emendas parlamentares as quais fomos contemplados foram pagas e encontram-se em execução pelos proponentes, aguardando posterior prestação de contas. Entre os projetos contemplados estão:

- Jogos Estaduais Indígenas em Minas Gerais;
- Editais culturais e fortalecimento de associações indígenas;
- Infraestrutura indígena no MS, em parceria com o Instituto Federal;
- Prêmio Cunhambebe Tupinambá, em colaboração com o Museu dos Povos Indígenas do RJ.

Para o futuro, espera-se a continuidade do apoio a projetos indígenas e a implementação de mais emendas parlamentares que promovam o bem-estar das comunidades indígenas.

RESPONSÁVEL: SEART

VALOR PÚBLICO GERADO: promoção da cidadania e do acesso aos direitos básicos para os povos indígenas.